

A subordinação produtiva da agricultura familiar: os impactos da lógica exportadora no abastecimento interno, o fornecimento de matéria-prima e a terceirização do trabalho

The productive subordination of family farming: the impacts of the export logic on domestic supply, the supply of raw materials and the outsourcing of labor

Emanoel Anésio Andrade Ferreira¹

Dimas Moraes Peixinho²

Resumo

O campo brasileiro tem sido transformado nas últimas décadas, principalmente devido ao fenômeno denominado Revolução Verde. O referido advento ocasiona reflexos não só no campo, mas em toda a população do país. Uma das principais consequências é o enfraquecimento da classe da agricultura familiar. O objetivo geral desta pesquisa está pautado em discutir a subordinação da agricultura familiar em referência aos grandes produtores, que contribuem para o enfraquecimento da referida classe. Para isso, foram selecionados os objetivos específicos do presente estudo: verificar se o abastecimento do mercado interno está em segundo plano; constatar o fornecimento de matéria-prima por parte da agricultura familiar para grandes produtores e agroindústrias; e detectar a intensificação da terceirização do trabalho no campo. Para alcançar os referidos objetivos, foram realizadas pesquisas aprofundadas com base em diversos autores que discutem as transformações do campo, constatando que há inúmeros incentivos à produção em larga escala para o mercado externo, acarretando aumento nos preços dos alimentos; há transformação intensa na produção do pequeno agricultor, que passa a ser subordinado ao agronegócio como fornecedor de matéria-prima, acarretando a perda de sua independência como produtor; e há uma crescente prestação de mão de obra terceirizada, proveniente da diminuição de terras independentes dos pequenos produtores. Este cenário precisa ser revisado, a fim de promover o fortalecimento da agricultura familiar, o que resultará em ganhos para toda a sociedade.

Palavras-Chave: Capitalismo no campo; Revolução verde; Transformações no campo.

Abstract

The Brazilian countryside has undergone significant transformations in recent decades, mainly due to the phenomenon known as the Green Revolution. This development has had impacts not only on rural areas but on the entire population of the country. One of the main

¹ Discente do curso de doutorado em Geografia da Universidade Federal de Jataí (UFJ). E-mail: emanuel_aaf@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6587-4196>.

²Docente do curso do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí (UFJ). E-mail: dimas_pexinho@ufg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1400-3213>.

consequences is the weakening of the family farming sector. The general objective of this research is to discuss the subordination of family farming in relation to large producers, who contribute to the weakening of this sector. To this end, the specific objectives of the present study were selected: to verify whether the domestic market supply is being deprioritized; to ascertain the provision of raw materials by family farmers to large producers and agribusinesses; and to detect the intensification of outsourced labor in rural areas. To achieve these objectives, in-depth research was conducted based on various authors who discuss transformations in the countryside, revealing that there are numerous incentives for large-scale production for the external market, resulting in higher food prices; there is an intense transformation in the production of small farmers, who become subordinated to agribusiness as raw material suppliers, losing their independence as producers; and there is a growing provision of outsourced labor, stemming from the reduction of independent landholdings of small farmers. This scenario needs to be reconsidered in order to promote the strengthening of family farming, which would bring benefits to society as a whole.

Keywords: Rural capitalismo; Green Revolution; Rural transformations.

Introdução

Ao longo do tempo, a agricultura familiar vem passando por diversas transformações, algo que acarreta mudanças no seu perfil de produção e necessidade de adaptação frente aos desafios encontrados (Martins, 2010).

De acordo com Martins (2010), a agricultura camponesa produz para o próprio consumo e o excedente é destinado à venda ou troca para acessar produtos variados, possibilitando a obtenção de culturas diversas. Porém, em consequência da Revolução Verde (1950 e 1960), a partir da adoção do padrão tecnológico, a monocultura foi incentivada de forma crescente, com intenso uso de fertilizantes, máquinas, agrotóxicos e alterações genéticas.

Nesse contexto, a produção para o mercado interno passou a estar em segundo plano e a busca pelo lucro se tornou incessante, principalmente a partir da concentração de terras, havendo dominação dos grandes produtores, frente aos agricultores familiares (Martins, 2010).

Muller (1989) argumenta que a agricultura no Brasil passou a ser definida como CAI (complexos agroindustriais). Essa definição indica que as atividades econômicas no campo brasileiro passaram do modo tradicional para estar inseridas no capital industrial e financeiro,

aumentando a produção, entretanto os objetivos traçados foram os de sempre: atender ao mercado externo.

A partir das tecnologias empregadas no campo, seria possível trabalhar em uma escala maior de abastecimento para o Brasil e exportar o que ficar de excedente, ou seja, seria possível apropriar-se das definições da agricultura camponesa de Martins (2010) e associar à toda a produção brasileira, se assim fosse, as atividades no campo seriam realizadas da seguinte forma: há tecnologia suficiente para abastecer o mercado interno em grandes proporções, após esse abastecimento, teríamos alimentos mais baratos, e o que se obtivesse de excedente, seria direcionado à exportação (Martins, 2010; Muller, 1989).

Entretanto, o que ocorre são reflexos que corroboram nas transformações ocorridas na agricultura familiar e que descaracteriza esta importante classe presente no campo brasileiro, resultando em um papel de subordinação, tanto como fornecimento de matéria-prima, trabalhos terceirizados que são cada vez menos valorizados e falta de incentivo ao abastecimento do mercado interno.

São inúmeros os impactos negativos que a agricultura familiar vem enfrentando ao longo dos anos, tanto os relacionados às políticas públicas, como os incentivos fiscais e falta de acesso à terra, quanto os relacionados ao capital, como a concentração de terras e renda por parte dos grandes produtores e agroindústrias.

Com base nessa conjuntura, o presente estudo tem como objetivo geral discutir a subordinação da agricultura familiar em referência aos grandes produtores, que contribuem para o enfraquecimento da referida classe. Para alcançar a meta geral estipulada, foram selecionados três objetivos específicos: verificar se o abastecimento do mercado interno está em segundo plano; constatar o fornecimento de matéria-prima por parte da agricultura familiar para grandes produtores e agroindústrias; e detectar a intensificação da terceirização do trabalho no campo.

Esses fatores estão relacionados à evidência de que o abastecimento do mercado interno em segundo plano encarece o preço dos alimentos; o fornecimento de matéria-prima por parte da agricultura familiar para grandes produtores e agroindústrias, ocasiona

subordinação do pequeno produtor aos detentores de renda e terra; e a terceirização do trabalho no campo condiciona os trabalhadores à falta de autonomia, não acendendo como classe independente, deixando de produzir em sua própria terra.

Metodologia

A presente pesquisa faz parte de um estudo proveniente da tese de doutorado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí, Goiás, com temática relacionada às políticas públicas para o campo e como tais interferem significativamente nas transformações ocorridas na produção familiar.

A primeira parte dos resultados apresentados neste artigo, intitulada “O incentivo à comoditização em detrimento do abastecimento do mercado interno”, foi produzida a partir das reflexões de importantes autores, dentre os quais destacam-se: Muller (1989), Santos (2015), Oliveira (2011; 2016), De Sousa e Da Silva (2020), Sousa (2013), Bombardi (2012), Marx e Engels (2007), Althusser (2008), Zafalon (2016), Coca *et al.*, (2020) e Paulino (2015).

Inicialmente, na primeira seção, todas as discussões são pautadas nas visões dos autores sobre os incentivos aos grandes produtores, sendo debatido de forma crítica, devido aos problemas ocasionados por esses subsídios. Posteriormente, são discutidas a legitimação que a sociedade promove à atividade dos grandes produtores, algo que contribui para a aceitação da alta nos preços dos alimentos, problemas ambientais e enfraquecimento da agricultura familiar.

Na segunda seção, nomeada de “A agricultura familiar como fornecedora de matéria-prima para grandes empresas e grandes produtores”, tomou-se como base a visão críticas de vários autores, tais como: Barros (2022), Felício (2006), Fossá e Renk (2021), Hespanhol (2020), Abramovay (1992), Sauer (2008), Castro (2024), Marx (2013), Adorno e Horkheimer (1985). Assim como na primeira seção, foi realizada uma análise alicerçada nos escritos dos autores, os quais foram selecionados a partir do entendimento de que suas obras retratam a realidade sobre o que é constatado no campo brasileiro em diversos aspectos, incluindo a temática

abordada nesta segunda seção que é o caso do fornecimento de matéria-prima para grandes produtores e agroindústrias.

A terceira seção, último assunto deste manuscrito, que tem como título: “O trabalho terceirizado no campo”, traz como base a visão crítica de importantes autores, tais como: Paulillo (2000) e Faria (1994). A contextualização é proposta a fim de evidenciar que os trabalhadores que outrora pertenciam a classe de agricultura familiar, estão tendo que se enquadrar a forma de produção capitalista no campo, tornando-se progressivamente menos valorizados e cada vez mais subordinados, resultando na perda da identidade das práticas produtivas do campesinato.

O incentivo à comoditização em detrimento do abastecimento do mercado interno

No Brasil há uma prioridade aos produtos que são consumidos fora do país e somente o que é excedente fica direcionado ao mercado interno. Portanto, a busca incessante por lucro faz com que a produção brasileira ande na contramão do que seria o ideal para suprir as necessidades da população local (Muller, 1989).

Santos (2015), afirma que a produção do campo, seja ela agricultura ou pecuária, passou a ser meramente de mercadorias e não de alimentos, pois há premeditadamente seus monopólios definidos, originando as chamadas *commodities* agrícolas. Nesse sentido, Oliveira (2011) complementa, afirmando que a produção de *commodities* no ramo alimentício é o primeiro objetivo da produção.

A partir da referida conjuntura, baseado em Santos (2015) e Oliveira (2011), é possível entender que a produção de alimentos não está somente contaminada pelos agrotóxicos e demais produtos químicos que são utilizados nas lavouras e criações de animais, mas está poluída principalmente pelo capital, pois a produção de alimentos não é vista como forma de suprir as necessidades das pessoas, mas sim como algo com alto teor de lucratividade.

De Sousa e da Silva (2020, p. 7), sintetizam que o agronegócio brasileiro está inserido no seguinte contexto:

De acumulação do capital, pois é uma agricultura centrada no monocultivo, que carrega em sua trajetória grande concentração de terra, água, uso indiscriminado de agrotóxicos, exploração e expropriação dos trabalhadores, além da utilização de novas tecnologias, mas, proferindo o discurso de geração de riqueza para o país.

Com base nesta contextualização, é possível verificar duas nuances, uma da real situação do setor, concentrada no capital e para isso acumula inúmeros problemas para a estrutura alimentar e econômica do país, mas que propaga um discurso de benefício, algo muito bem aceito pela população brasileira (De Sousa; Da Silva, 2020).

Em suma, é notório que o setor dominante, realmente se sobressai a tudo, altera a natureza, modifica a essência de uma importante classe no campo que é a do camponês, detém todos os aparatos públicos para colocar em prática sua dominação e ainda propaga que está fazendo bem para o país e para a população local. Com base nestas argumentações, verifica-se que esse cenário se concretiza de maneira precisa quando o relacionamos às argumentações de Marx e Engels (2007, p. 30).

[...] as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. [...] Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão, e portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época.

Nesse sentido, fica evidente que a classe dominante utiliza de meios de comunicação para que ocorra uma espécie de validações de suas ações por parte da maioria da população.

Fundamentado nas argumentações dos autores, é nítido a propagação de uma ideologia que não condiz com a realidade, Marx e Engels utilizam o termo “falsa consciência” para explicar a reprodução da validação das ações por meio da classe dominante.

Nesse contexto, há a afirmação de que a ideologia propagada, naturaliza todas as formas de desigualdades, fazendo com que as classes dominadas propaguem o sistema como justo, fazendo com que a classe trabalhadora, de forma inconsciente, se submeta às ideias dos dominantes, não levando em consideração que isso resulte em problemas para a si própria (Althusser, 2008).

É importante frisar que a ideologia dominante que segundo Marx é espalhada pela mídia, instituições, educação e religião, promove a falsa consciência, contribuindo para o desenvolvimento cada vez maior das classes dominantes. É com base nesse contexto que são desenvolvidos alguns slogans tais como: “o agro não para” ou “o agro é tech, o agro é pop, o agro é tudo” (Althusser, 2008).

Mediante ao contexto de dominação do chamado agronegócio, o que existe na realidade é extremamente contrário ao que se propaga na mídia, quando afirma que setor produz tudo o que é necessário para a sobrevivência. Nas definições de Bombardi (2012), a atividade como está imposta, sai de um papel alimentar, para uma função única e exclusivamente econômica, fazendo a questão alimentar perder o sentido. As negociações mostram que o setor busca, a todo custo, ganhar mercado, resultando em um setor que deixou de estar envolvido com a produção de alimentos e se voltou ao valor de troca.

Mesmo com todo o discurso de algo benéfico para a população, é notável a exclusividade em que se mantém o setor nas negociações, pois há tempos a principal preocupação é obtenção de lucro e não alimentar a população conforme é propagandeados diariamente na imprensa do país inteiro. Oliveira (2016, p. 6), argumentando sobre o assunto menciona que:

[...] a produção de alimentos deixou de ser questão estratégica nacional, e passou a ser mercadoria adquirida no mercado mundial onde quer que ela seja produzida. As principais *commodities* são: soja, milho, trigo, arroz, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja e outros. No Brasil acrescenta-se também, o etanol e boi gordo.

Com bases nas afirmativas do autor é cristalino a caracterização de algo extremamente moldado por políticas externas, observe: o campo brasileiro é utilizado para produzir em larga

escala, porém quem define preços não são os produtores, mas sim um agente externo (bolsas de mercadorias e de futuro), as negociações são feitas de forma externa. Portanto, o que temos caracterizado é um mercado, um negócio, todo regido externamente, mas que se utiliza dos recursos naturais que o país oferece internamente.

Perante a esse cenário é possível verificar uma exploração da natureza e das classes de pequenos produtores, para suprir demandas externas. E quem ganha com isso não é a população, agricultura familiar ou o país, mas somente os médios e grandes produtores, agroindústrias e empresas que estão inseridas no sistema como classes dominantes, concentrando terras, riquezas, lucros e atrocidades para com os pequenos produtores, população e natureza.

As propriedades brasileiras estão todas comprometidas com o comércio internacional, já o mercado interno é irrelevante para os grandes produtores, conforme argumenta Oliveira (2011), as produções são vendidas antes de serem plantadas, isto evidencia um ciclo de dominação que segue o seguinte parâmetro: empresas internacionais agem em conjunto com os produtores do agronegócio para suprir sua demanda, que por sua vez, dominam as terras agroindústrias e agricultura familiar. Portanto, nesse ciclo, os pequenos produtores são os menos favorecidos pelo sistema.

A falta de comprometimento com a população do próprio país é evidente, nesse contexto, Zafalon (2016) utiliza o exemplo das áreas de cultivo de soja e milho que aumentam a cada ano, porém, em contrapartida, a área de cultivo de arroz e feijão diminuem concomitantemente e de forma acentuada.

Conforme destaca Oliveira (2011), a crise no setor de alimentação é resultante da economia de mercado, que tem sua atividade alinhada com políticas neoliberais desenvolvidas na agricultura, pecuária e comércio de alimentos, deixando claro a ineficiência em produzir políticas de segurança alimentar em âmbito mundial. Ressalta-se que esse contexto existente no Brasil desde 1970 é intensificado ano após ano.

Todo esse cenário é explicado por De Sousa e Da Silva (2020, p. 14):

[...] importante mencionar a contradição que o sistema do capital apresenta que é: produção elevada e, ao mesmo tempo, falta de alimento, assim escondendo o legítimo interesse das grandes corporações do setor alimentício, que é ampliar seus monopólios para atrair mais capital.

A partir das argumentações de Oliveira (2016), é possível compreender como essa dinâmica se reproduz. Para tanto, o autor argumenta que todo esse sistema trabalha em duas frentes: o controle por meio dos monopólios que regulam as definições para serem os detentores das terras, concentrando-as e dominando toda a cadeia produtiva, desde as lavouras ao processamento industrial de forma direta e indireta, tanto na agricultura quanto na pecuária; o monopólio de tudo o que está envolto a essa dinâmica, incluindo a comercialização, com mecanismos de sujeição.

Com evidência dessa hegemonia, há consequência que refletem em toda a sociedade, como é o caso da crise dos alimentos, conforme detalha Oliveira em dois fatores, deixando claro que a dinâmica do monopólio internacional acarreta efeitos para toda a sociedade:

O primeiro, de reflexo mais limitado, refere-se na época, à alta dos preços internacionais do petróleo e consequente elevação dos custos dos fertilizantes e agrotóxicos. O segundo ocorre em consequência do aumento do consumo, mas não do consumo direto como alimento como queria fazer crer o governo brasileiro, mas sim, decorria da opção norte-americana da produção do etanol a partir do milho. Este caminho levou à redução dos estoques internacionais desse cereal, e com ele elevação de seus preços e dos demais grãos: o trigo, o arroz e a soja. Assim, a “solução” norte-americana contra o aquecimento global tornou-se o paraíso dos ganhos fáceis dos players dos monopólios internacionais que nada produzem, mas sujeitam produtores e consumidores à sua lógica de acumulação. Certamente, não há caminho de volta para a crise, pois, no caso norte-americano, os solos disponíveis para o cultivo são disputados entre trigo, milho e soja. O avanço de um reflete inevitavelmente no recuo dos outros (Oliveira, 2016, p. 7).

Doravante, o contexto apresentado por Oliveira (2016), é possível pontuar mais um agravante, que é toda a produção sendo utilizada para estancar demandas de outros países, ou seja, o Brasil permanece abastecendo o mercado externo como país agroexportador desde sua colonização, mas até hoje não conseguiu organizar medidas para mitigar esse processo, ao

contrário disso, tem intensificado cada vez mais essa política, a qual visa somente lucro em detrimento dos pequenos produtores e da maioria da população brasileira.

O contexto apresentado evidencia que tudo o que está relacionado ao mercado interno é moldado de acordo com a dinâmica externa, isso mostra que a soberania na produção é enfraquecida e a atividade local no campo é desenvolvida de forma subordinada às demandas do mercado internacional. Este aparato de domínio, resulta em problemas para a maior parte da população no contexto alimentar, algo que poderia ser mitigado caso a agropecuária brasileira fosse soberana e independente (Coca *et al.*, 2020).

Nestas circunstâncias, os maiores problemas estão relacionados a falta de incentivo à produção interna, que outrora era praticada de forma mais plena pela produção familiar, mas que perdeu força ao longo do tempo e os que permaneceram, em grande parte, estão inseridos no sistema como fornecedores para empresas internacionais, pois vendem seus produtos a preços baixos enquanto que as estas corporações elevam os preços no máximo que podem para os consumidores, se inserindo em um cenário em que extraem “[...] para si toda a riqueza produzida” (De Sousa; Da Silva, 2020, p. 16).

Santos (2015, p. 388) é mais direto e enfático para explicar a situação apresentada e relacionar o cenário aos países agroexportadores:

[...] a exclusão camponesa, diante da expansão da agricultura capitalista, tem provocado resultados devastadores nos países, principalmente para aqueles que não são considerados desenvolvidos, em que há uma massa de famintos e miseráveis, cuja maioria está no campo. Isso provoca uma produção geográfica desigual, espaços de miséria são configurados devido à expropriação dos trabalhadores do direito de produzir e, consequentemente, com a mobilidade do trabalho, outros espaços de pobreza vão sendo formados nas periferias urbanas. Na outra ponta do processo, estão os territórios do capital postos como materialização da força das grandes empresas que destroem a autonomia alimentar dos países, inclusive do Brasil, que mesmo apresentando anualmente grandes safras agrícolas, apresenta uma demanda considerável de famintos.

Portanto, a contradição, sobretudo no Brasil, é evidente, pois o país apresenta safras recordes anos após anos, entretanto, quando se acompanha dados sobre a inflação, quase

sempre a “letra miúda” menciona que o aumento no índice está relacionado ao preço dos alimentos, algo que deveria ser veementemente questionado e criticado pela população para que as empresas internacionais presentes no país e os grandes produtores venham explicar os motivos desse contraste. Não é possível que em um país que tem a produção agropecuária “navegando de vento em popa”, ano a ano, década a década, ainda registre índices de insegurança alimentar e tenha a sua inflação crescente, com grande contribuição dos preços dos alimentos (Santos, 2015).

A agricultura familiar como fornecedora de matéria-prima para empresas internacionais e grandes produtores

A partir da década de 1990, cresce o número de estudos dedicados a discutir a relação entre o agronegócio e agricultura familiar e nesse contexto, obras de autores como Mário Otávio Batalha e Geraldo Sant’Ana de Camargo Barros, trabalham na ideia de que as agriculturas familiar e empresarial se complementam. Os autores consideram que os setores são integrantes de um mesmo sistema nas agroindústrias na chamada cadeia produtiva: “[...] formas organizacionais de agregar valor às matérias-primas, gerando adicionais de renda” (Barros, 2022, p. 10).

Portanto, apoiado em Felício (2006), Fossá e Renk (2021), o que se observa é uma ruptura entre a essência do que se conhece como agricultura familiar na forma de produzir, pois, há o entendimento de que os produtores que anteriormente atendiam para o mercado interno, trazendo relevantes benefícios para o país e população local, agora fazem parte de um sistema em que trabalham suprindo as demandas internacionais nas chamadas agroindústrias.

Na concepção de Hespanhol (2020), é pontuado que o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), foi implementado como políticas públicas de inclusão subordinada, pois esse perfil de produção agora é inserido no modelo do agronegócio, descaracterizando o papel transformador que a agricultura familiar poderia exercer no âmbito da produção alimentar local.

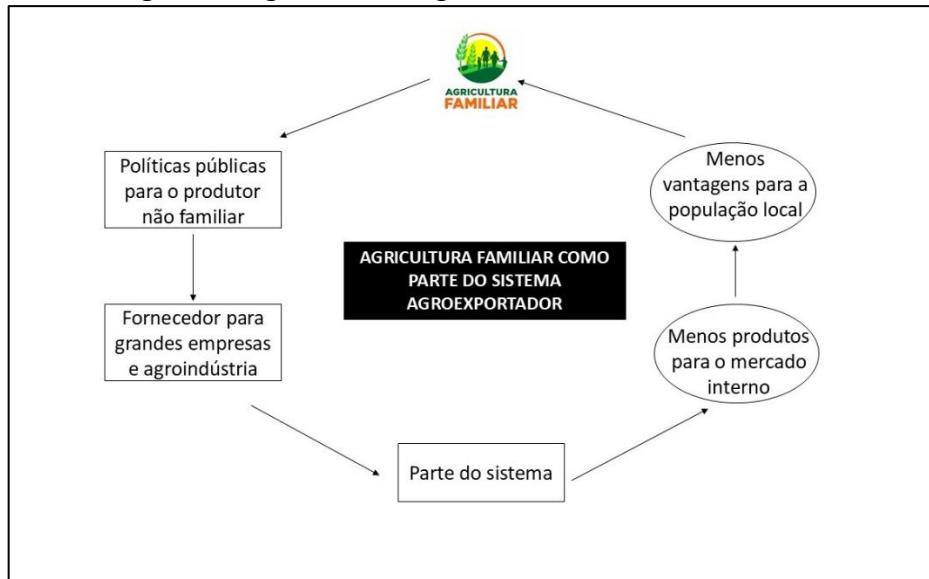
Esse caminho percorrido faz com que a cada dia a essência do conceito de produção campesina, se distancie daquela visão de benefícios para o país e agora se volta a busca por lucro, ou seja, conforme o tempo passa, mais o agricultor familiar participa do sistema hegemônico das empresas internacionais. Nesse contexto, Abramovay (1992, p. 22) afirma que “[...] uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”.

Essa configuração favorece o fortalecimento da produção não familiar, que se expande de forma intensa em busca de maior lucratividade. Em contrapartida, o pequeno produtor - voltado ao abastecimento do mercado interno - vem perdendo espaço de maneira acentuada (Felício, 2006).

Toda essa contextualização contribui para a compreensão de mais um fator que levou à diminuição do número de pessoas envolvidas com a agricultura familiar no Censo Agropecuário de 2017, isso ocorre porque, com a expansão das agroindústrias, muitos trabalhadores deixam suas atividades no campo e passam a integrar essas corporações (Felício, 2006). Em resumo o que se tem é um ciclo que pode ser melhor detalhado na Figura 1, a seguir.

A partir da referida figura, é possível caracterizar a seguinte estrutura: as políticas públicas fortalecem o agronegócio, o que faz com que o pequeno produtor seja obrigado a participar do sistema hegemônico como fornecedor de matéria-prima, se inserindo nas atividades relacionadas à exportação, já o fornecimento para o mercado interno que outrora era realizado pela agricultura familiar, agora passa a ser “desviado” para a produção de larga para o mercado internacional, reduzindo a disponibilidade de produtos para o país, logo, resultando em menos vantagens para a população local (Sauer, 2008).

Figura 1 - Agricultura e agroindústria no contexto atual



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A Figura 1, aborda didaticamente o ciclo que a agricultura familiar tem pertencido nas últimas décadas, em que tem seu início quase que como uma tomada de decisões entre produzir para o mercado interno ou participar do sistema de agricultores não familiares e grandes indústrias (Sauer, 2008).

A opção por participar do sistema de produção para o mercado externo é crescente, isto se explica por conta da obtenção de mais lucro, sendo viabilizados sobretudo pelas políticas públicas de fomento que quase sempre são aderidas pelos produtores do agronegócio e grandes empresas multinacionais. Ao observar maior incentivo desse lado do sistema, o agricultor familiar começa a fazer parte da agroindústria como fornecedor de matéria-prima, se tornando, portanto, parte do sistema. Isto resulta em menos produtos para o mercado interno e consequentemente menor retorno para a população, sobretudo nos setores de emprego, renda e preço dos alimentos. Tais fatores completam o ciclo que se repete com a crescente e acentuada “adesão” de novos produtores ao longo dos anos (Sauer, 2008).

Não há a elaboração desta Figura 1, a fim de tecer críticas às opções dos pequenos produtores sobre qual mercado deve abastecer (interno ou externo). Mas busca-se deixar claro que, com base em Castro (2024), a forma como as políticas públicas para o setor é

conduzida no Brasil, sucumbem o produtor familiar, aquele relacionado ao abastecimento de alimentos do país, ou seja, se a agricultura campesina está progressivamente sendo inserida no sistema, servindo aos que concentram terras e lucratividade, isto não mostra uma alternativa de inclusão, pois a tendência é que essa produção passe a ser cada vez mais industrializada, substituindo a mão de obra e acarretando perda de qualidade dos produtos, evidenciando ineficiência de ações governamentais para o campo, sobretudo para o agricultor familiar.

Outra grave contextualização a partir do panorama apresentado é a aparente perda de uma das importantes classes sociais contextualizadas por Marx em “O capital” (2013). Visto que a classe considerada a proprietária de terra, a que estava fora da dicotomia entre a burguesia e o proletariado, agora passa a fazer parte do sistema como fornecedora de mão de obra e matéria-prima para a burguesia do campo, isto de forma subordinada e dependente, ou seja, toda a mentalidade voltada a suprir as necessidades de todos está perdendo força, sendo que tudo o que é produzido está voltado ao sistema capitalista na cidade e no campo e isto parece ser expressamente validado e aceito sobretudo nas classes proletárias (Adorno; Horkheimer, 1985).

Com base em Adorno e Horkheimer (1985), é possível afirmar que a classe dominante conseguiu, com êxito, fazer com que os menos favorecidos financeiramente aceitassem, contribuíssem e se subordinassem, alcançando isso por meio de políticas públicas e da utilização dos meios de comunicação como instrumentos de divulgação e propaganda. Dessa forma, foi inserida na população a ideia de que todos poderiam, um dia, fazer parte da burguesia, algo irrealizável, já que a elite econômica não busca dividir, mas acumular riqueza.

É importante esclarecer que perante a argumentação proposta, não há a tentativa de invalidar os avanços tecnológicos como melhoria na vida e na produção no campo, mas existe como propósito clarear o entendimento de que a tecnologia deve ser utilizada também em benefício ao pequeno produtor e em um mercado que abasteça a população local, fazendo com que a porcentagem do lucro fique com quem realmente produz ao invés de existir apenas

produtores familiares subordinados ao agronegócio, participando de uma produção em que a maior parte do retorno vai para as empresas internacionais e grandes produtores.

Há ainda o problema dos benefícios que não chegam para a população local nos seguintes contextos: emprego, renda e preço dos alimentos. Este cenário só poderá ser modificado caso haja melhor implementação das políticas públicas no setor, atendendo também os agricultores familiares de forma satisfatória (Abramovay, 2000).

O trabalho terceirizado no campo

As transformações no campo se intensificaram nas últimas décadas em todos os setores do espaço rural brasileiro, e a agricultura familiar é o perfil que mais tem apresentado mudanças de forma negativa nesse período, não por suas atividades, mas por estar suprimida em meio à vastidão dos interesses capitalistas do agronegócio.

Nesse contexto, um dos problemas observados como prejudicial à classe trabalhadora no campo é a terceirização, que resulta na precarização e na desvalorização da atividade agropecuária por parte de quem presta mão de obra ao setor.

O contingente de trabalhadores tem aumentado em áreas classificadas como médias e grandes propriedades, porém, outro fator que pode ser considerado como um problema grave é que concomitante a esse crescimento, aumentou também o número de trabalhadores com intermediação de terceiros.

Os agentes empregadores são os empreiteiros, cooperativas de mão de obra e empresas, com aumento em cerca de 143% de estabelecimentos utilizando esse tipo de contratação, passando de 251.652 (2006), para 611.624 (2017), tendo a modalidade com o maior número de estabelecimentos os empreiteiros com 497.247, resultando na concentração de 108% dos postos de trabalho (Brasil, 2019).

Portanto, no contexto da habitualidade do campo brasileiro de conviver com os chamados “atravessadores” nas vendas de produtos, agora existem, cada vez mais, os “atravessadores” não só de produtos, mas também da mão de obra (Paulillo, 2000).

Paulillo (2000, p. 88), atribui essas mudanças a alguns fatores e contextualiza sobre as transformações no campo, ocasionadas pelas terceirizações:

[...] a mecanização de várias etapas do processo produtivo, a adoção de insumos modernos para melhor produtividade, a padronização de determinados cultivos e o avanço da informática no campo, que trazem novas formas de organização e gestão do trabalho, têm proporcionado também mudanças de ordem social, nas relações de trabalho e no comportamento das famílias.

Esta modalidade e transformações estão associadas principalmente aos trabalhadores assalariados no campo, os quais correspondem a categoria que detém o maior número de postos de trabalho nos consolidados complexos industriais. Os referidos fatores acarretam flexibilização das leis e direitos trabalhistas.

Sobre os empregos terceirizados em fazendas, Faria (1994, p. 43) elucida que:

[...] Esta modalidade de terceirização mantém o antagonismo com os empregados e com o movimento sindical. Impera a desconfiança generalizada, desconfia-se dos empregados, dos fornecedores e do mercado. É o posicionamento do ganha-perde. Objetiva-se obter lucros no curto-prazo - a redução de custos faz-se com a redução da mão de obra.

Portanto, com base na argumentação do autor, podemos contextualizar que há a precarização do trabalho em servidão às grandes empresas.

É notório que o trabalhador estará em uma condição de exploração de todos os lados, em um segmento há o dono da produção, que já busca lucrar a qualquer custo, em outra esfera, grandes empresas que gerem trabalhadores em sua mão de obra, e também buscam ter seus ganhos de forma satisfatória. Nesse contexto, a parte mais frágil do processo é o prestador de serviço que em muitos casos precisa se submeter ao trabalho devido à falta de opção, pois o seu ramo de atuação está subordinado aos interesses dos grandes empresários e de agricultores não familiares (Faria, 1994).

Este é um cenário, novamente, de falta de políticas públicas, que poderiam contribuir com a produção do agricultor familiar e proporcioná-lo independência e não subordinação.

De acordo com Paulillo (2000), o processo de terceirização tem precarizado as relações de trabalho, pois os assalariados ficam à mercê de realocações de acordo com os interesses das empresas empregadoras. Esta situação enfraquece a referida classe, pois esta é uma mão de obra que deveria estar inserida na produção em contato direto com a natureza e não com alocações de profissionais que estão concentrados nas grandes agroempresas que visam apenas nas obtenções de lucro.

Estes fatores pioram a prática dos prestadores de serviços, deterioraram a classe, deturpam a visão da importância do desenvolvimento de suas atividades, pois de forma acentuada, tem a inserção do pensamento capitalista ao invés de produzir para o mercado interno, objetivar sobrevivência e fortalecimento do seu perfil de produção.

Ainda no contexto dos problemas diretos para os operários, Faria (1994) analisa que o fato dos prestadores de serviço, que tem o mesmo perfil, estão espalhados em meio às diferentes empresas, nesse sentido, há uma espécie de diluição da massa de trabalhadores, o que faz com o poder de negociação fique irrelevante, acarretando enfraquecimento da luta sindical.

A terceirização contempla algumas situações que nitidamente resultam em benefícios para os grandes empresários, em detrimento das relações de trabalho. Nesse contexto, Paulillo (2000, p. 97) elenca algumas das vantagens de ordem financeira para os responsáveis pela terceirização, porém que diminuem a qualidade dos postos de trabalho.

[...] Os principais efeitos verificados no avanço do processo foram: barateamento dos serviços e qualidade do produto final; flexibilidade e maior agilidade nas decisões administrativas; modernização dos fornecedores de equipamentos e maquinaria de processamento; desburocratização administrativa e no processo produtivo; maior agilidade com custos fixos menores; manutenção da economia de escala (em algumas empresas se elevou); redução do número de empregados diretos na estrutura produtiva; redução de pagamentos de alguns impostos e de encargos sociais de salários; combate às organizações sindicais com a desmobilização dos trabalhadores que anteriormente pertenciam a categorias mais mobilizadas e consequente redução do número de trabalhadores sindicalizados.

Cabe destaque de que na referida contextualização, não há desenvolvimento de análise a fim de compactuar com burocratização, alongamento dos prazos e criticar menores custos para os empresários, porém, o questionamento sucede na seguinte linha: sempre há benefícios e bons resultados para os donos das agroindústrias, provenientes de políticas públicas para incentivar o alcance de suas respectivas metas, entretanto em decorrência de prejuízos para os trabalhadores, como, por exemplo, os supracitados por Paulillo (2000).

Um outro agravante considerável que sucede na realocação de trabalhadores que antes produziam na sua própria terra e agora estão prestando serviços em agroindústrias, é o caso das crescentes áreas próprias das atividades industriais, tais como pomares e organizações de pecuária intensiva, obtendo mais mão de obra e os que ainda não estão inseridos nesse sistema de forma direta, acabam suprindo a demanda como fornecedores.

Estas nuances contribuem para a descaracterização da agricultura familiar, algo que fortalece as agroempresas devido à forma como está imposta a relação de tais com a prestação de serviço, acarretando vários problemas para o trabalhador, principalmente no que concerne às flexibilizações dos direitos trabalhistas no campo (Paulillo, 2000).

Nesta conjuntura, é possível destacar que existem “[...] dois elementos claros: a redução dos custos da matéria-prima e a redução dos custos de mão de obra”, algo que gera a transferência de responsabilidade, de modo que obriga o trabalhador a fazer parte do sistema (Paulillo, 2000, p. 101).

Em síntese, o que tem se estruturado no campo brasileiro, não é inédito se comparado com o que ocorre nas indústrias urbanas, visto que a terceirização na zona rural acende como uma estrutura nos moldes da cultura da administração de trabalhadores no Brasil, em que o operariado é subordinado e obrigado a seguir as diretrizes a ele impostas, que quase sempre são de exploração e busca incessante por lucro por parte de quem os comanda, em detrimento da valorização de quem vende sua força de trabalho (Paulillo, 2000).

Considerações finais

O que se detecta no Brasil, são constantes políticas de favorecimento a grandes produtores. Quase nunca são abordados por parte dos governantes temas como conservação de áreas, defesa de terras indígenas, ou incentivo à agricultura familiar, sendo estas temáticas que permanecem escanteadas no Estado desde a chamada Revolução Verde, resultando em problemas internos, tais como os elencados nas considerações a seguir.

A) O abastecimento do mercado interno em segundo plano, o que encarece o preço dos alimentos. Para mitigar os problemas apresentados e buscar uma nova rota, contrária à percorrida pela agropecuária brasileira, é necessário relacionar a produção de alimentos à vida local. A agricultura familiar é de mais fácil comprometimento com a sociedade e é capaz de desenvolver uma produção mais próxima da população, o que resultaria em alimentos mais acessíveis. Nesse contexto, o problema da fome pode ser amenizado caso haja a possibilidade de os camponeses estarem inseridos no mercado local, desenvolvendo atividades produtivas comprometidas com a alimentação, isto significa estar inserido no mercado interno e não no sistema global de acúmulo de capital proveniente da renda da terra.

B) O fornecimento de matéria-prima por parte dos agricultores familiares para grandes produtores e agroindústrias, ocasiona à classe de agricultura familiar como subordinadas aos detentores de renda e terra. Este é um fator que pode ser modificado caso o agricultor familiar tenha sua produção com destino ao comércio local e preço justo por sua produção, a partir de intervenções promovidas por políticas públicas que venham fortalecer a classe, o que resultaria em produção maior e mais autônoma, tendo somente o excedente vinculado ao abastecimento de grandes empresas internacionais, nesse sentido, haveria ganho no acesso aos alimentos por parte da população local e o fortalecimento da classe a partir da melhora na produção e logística desse perfil de agricultor.

C) A terceirização do trabalho no campo condiciona os trabalhadores à subordinação, não acendendo como classe independente e deixando de produzir em sua própria terra. A partir desse cenário, caso as políticas públicas promovessem melhorias vinculadas a forma de produção sugerida nos parágrafos anteriores, os trabalhadores estariam fora do sistema de terceirização, algo que pode promover a valorização do trabalho do pequeno produtor, não

sendo subordinado aos detentores de capital que visam apenas a lucratividade e às empresas que gerem a mão de obra no campo que podem ser classificadas como “atravessadoras”.

A produção sendo desenvolvida desta forma aqui sugerida, resultará em aumento da renda local, diversidade de alimentos e condições mais saudáveis, bem como favorecimento a sociedade e trabalhadores do campo que residem nas diversas localidades específicas, melhorando, então, o emprego, renda e alimentação da população interna.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores**: paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun., 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1413-8050/ea218794>. Acesso em: 23 nov. 2025.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do estado (notas para uma investigação). Trad. Ricardo da Silva Boechat. In: ALTHUSSER, Louis (org.). **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 61-141.
- BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. **Agronegócio**: conceito e evolução. Versão estendida. Piracicaba: CEPEA, 2022. Disponível em: https://cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/agro%20conceito%20e%20evolu%C3%A7%C3%A3o_jan22_.pdf. Acesso em: 1 jun. 2025.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e agronegócio**: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. 2012. Disponível em: <https://mst.org.br/download/agrotoxicos-e-agronegocio-arkaico-e-moderno-se-fundem-no-campo-brasileiro/>. Acesso em: 7 jun. 2025.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 1 jun. 2025.
- CASTRO, César Nunes de. **Agricultura familiar no Brasil, na América Latina e no Caribe**: institucionalidade, características e desafios. Brasília: Ipea, 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14052/9/Agricultura_familiar_no_Brasil_na_America_Latina_e_Caribe.PDF. Acesso em: 1 jun. 2025.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas et al. A soberania alimentar na geografia agrária brasileira. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 54, p. 586-615, set., 2020. Disponível em: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2020.1761. Acesso em: 18 jun. 2025.

DE SOUSA, Raimunda Aurea Dias; DA SILVA, Iraildes Borges. Os commodities agrícolas e a (in)segurança alimentar. **OKARA: Geografia em Debate**, João Pessoa, v. 14, n. 1, p. 1-20, maio, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.0vn0.41083>. Acesso em: 7 jun. 2025.

FARIA, Aparecido de. Terceirização: um desafio para o movimento sindical. In: MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza; RAMALHO, José Ricardo (org.) **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 41-61.

FELÍCIO, Munir Jorge. Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. **Geografia**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 205-219, jan./jun., 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2447-1747.2006v15n1p205>. Acesso em: 23 nov. 2025.

FOSSÁ, Juliano Luiz; RENK, Arlene Anélia. Geografia do poder: qual o lugar da agricultura familiar no organograma do estado brasileiro? **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 438-455, set./dez., 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/11942>. Acesso em: 17 jun. 2025.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF: uma avaliação preliminar. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 2, n. 42, p. 141-162, fev., 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7292>. Acesso em: 23 nov. 2025.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. 2. ed. Trad. Rubens Enderle; Ana Paula Salviatti. São Paulo: Boitempo, 2013.

MULLER, Geraldo. Cem anos de República: notas sobre as transformações estruturais no campo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, dez., 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141989000300007>. Acesso em: 23 nov. 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Os agrocombustíveis e a produção de alimentos. In: SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenço (org.). **A (in)sustentabilidade do desenvolvimento - meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 159-179. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-140-9.p159-179>. Acesso em: 23 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **O estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo 2023**: transformar os sistemas agroalimentares para que alimentos saudáveis e dietas acessíveis estejam ao alcance de todos. Roma: FAO, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc3017en/cc3017en.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2025.

PAULILLO, Luiz Fernando de Oriani. **Complexos agroindustriais e redes políticas:** as transformações no território citrícola brasileiro: uma abordagem do novo institucionalismo e da nova localização. 2000. 200 p. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/182557>. Acesso em: 23 nov. 2025.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Soberania alimentar e campesinato: disputas teóricas e territoriais. **GEOgraphia**, Niterói, v. 17, n. 33, p. 177-204, maio, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2015.v17i33.a13702>. Acesso em: 23 nov. 2025.

SANTOS, Ricardo Mendes. A soberania alimentar como alternativas às formas destrutivas do capital. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SANTOS, Fabrícia de Oliveira (org.). **A natureza imperialista do capital e a falácia do fim da crise**. São Cristóvão: UFS, 2015. p. 357-400.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio:** a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Texto para Discussão, n. 30. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/92407/1/sge-texto-30.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2025.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de. **O agro-hidronegócio no Vale do São Francisco:** território de produção de riqueza e subtração da riqueza da produção. 2013. 356 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/5568>. Acesso em: 23 nov. 2025.

ZAFALON, Mauro. **Vaivém das commodities.** Folha de S. Paulo, coluna “Vaivém”, 20 jul. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vaivem/2016/07/1792316-em-dez-anos-pais-tera-mais-produtos-exportaveis-e-menos-basicos.shtml?cmpid=compfb>. Acesso em: 23 nov. 2025.